

PCBA
POLÍCIA CIVIL DA BAHIA
INVESTIGADOR
2022

Banca: IBFC

Escolaridade: Nível Superior

Inscrição: 09/05 até 07/06/2022

Data da Prova: 24/07/2022

Vagas: 700

Conforme Retificação nº 01 - (18/05/2022)

CONHECIMENTOS GERAIS										
LÍNGUA PORTUGUESA	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Compreensão e interpretação de textos.										
2. Tipologia textual.										
3. Ortografia oficial.										
4. Acentuação gráfica.										
5. Emprego das classes de palavras.										
6. Emprego do sinal indicativo de crase.										
7. Sintaxe da oração e do período.										
8. Pontuação.										
9. Concordância nominal e verbal.										
10. Regência nominal e verbal.										
11. Significação das palavras.										
12. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).										
13. Aspectos gerais da redação oficial.										
14. Finalidade dos expedientes oficiais.										
15. Adequação da linguagem ao tipo de documento.										
RACIOCÍNIO LÓGICO	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Estruturas lógicas.										
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.										
3. Lógica sentencial (ou proposicional).										
3.1. Proposições simples e compostas.										
3.2. Tabelas verdade.										
3.3. Equivalências.										
3.4. Leis de Morgan.										
3.5. Diagramas lógicos.										
4. Lógica de primeira ordem.										
5. Princípios de contagem e probabilidade.										
6. Operações com conjuntos.										
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.										
ATUALIDADES	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Globalização: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.										
2. Multiculturalidade, Pluralidade e Diversidade Cultural.										
3. Tecnologias de Informação e Comunicação: conceitos, efeitos e implicações sociais, econômicas, políticas e culturais.										
INFORMÁTICA	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1. Conceito de internet e intranet.										

13. Lei estadual nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006 (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial); alterada pela Lei estadual nº 12.212, de 04 de maio de 2011.													
14. Lei federal nº 10.678, de 23 de maio de 2003, com as alterações da Lei federal nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 (Referente à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República).													
MEDICINA LEGAL	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões					
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3			
1. Conceito, importância e divisões. Corpo de Delito, perícia e peritos.													
2. Documentos médico-legais. Conceitos de identidade, de identificação e de reconhecimento.													
3. Principais métodos de identificação.													
4. Lesões e mortes por ação contundente, por armas brancas e por projéteis de arma de fogo comuns e de alta energia.													
5. Conceito e diagnóstico da morte. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose, comoriência e promoriência. Exumação. Causa jurídica da morte. Morte súbita e morte suspeita.													
6. Exame de locais de crime. Aspectos médico-legais das toxicomanias e da embriaguez. Lesões e morte por ação térmica, por ação elétrica, por baropatas e por ação química.													
7. Aspectos médico-legais dos crimes contra a liberdade sexual, da sedução, da corrupção de menores, do ultraje público ao pudor e do casamento.													
8. Asfixias por constrição cervical, por sufocação, por restrição aos movimentos do tórax e por modificações do meio ambiente.													
9. Aspectos médico-legais do aborto, infanticídio e abandono de recém-nascido.													
10. Modificadores e avaliação pericial da imputabilidade penal e da capacidade civil. Doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardado, perturbação mental.													
11. Aspectos médico-legais do testemunho, da confissão e da acareação.													
12. Aspectos médico-legais das lesões corporais e dos maus-tratos a menores e idosos.													
LEGISLAÇÃO GERAL	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões					
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3			
1. Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia).													
2. Lei estadual nº 9.433, de 01 de março de 2005 (Dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências).													
3. Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (Dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia, e dá outras providências).													
4. Lei estadual nº 11.370, de 04 de fevereiro de 2009 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia) e alterações.													

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE CONTABILIDADE	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões					
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3			
1. Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade.													
2. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica.													
3. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.													

7. Responsabilidade civil do Estado.												
7.1. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.												
7.1.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado.												
7.1.2. Responsabilidade por omissão do Estado.												
7.2. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.												
7.3. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.												
8. Regime jurídico-administrativo.												
8.1. Conceito.												
8.2. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.												
9. Lei estadual nº 11.370 de 04 de fevereiro de 2009 (dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia).												
10. Lei estadual nº 6677 de 26 de setembro de 1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia).												
NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões				
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3		
1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.												
2. Organização político-administrativa do Estado.												
2.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.												
3. Administração pública.												
3.1. Disposições gerais, servidores públicos.												
4. Poder executivo.												
4.1. Forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.												
4.2. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.												
4.3. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio.												
NOÇÕES DIREITO PENAL	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões				
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3		
1 Princípios básicos												
1.1. Aplicação da lei penal												
1.2. A lei penal no tempo e no espaço.												
1.3. Tempo e lugar do crime.												
2. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.												
3 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo.												
4 O fato típico e seus elementos.												
4.1 Crime consumado e tentado.												
4.2 Ilícitude e causas de sua exclusão.												
4.3 Excesso punível.												
4.4 Punibilidade.												
4.5 Excesso punível. Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).												
5. Imputabilidade penal.												
6. Concurso de pessoas.												
7 Crimes contra a pessoa.												
8 Crimes contra o patrimônio.												
9 Crimes contra a dignidade sexual.												
10 Crimes contra a fé pública.												
11 Crimes contra a Administração Pública.												

12. Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).													
13. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).													
14. Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (crimes hediondos).													
15. Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).													
16. Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).													
17. Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).													
18. Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).													
19. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito - Código de Trânsito Brasileiro).													
20. Lei nº 11.340/2006 e alterações (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher "Lei Maria da Penha").													
21. Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Lei das Contravenções Penais).													
22. Lei nº 13.869/2019 e suas alterações (Lei de Abuso de Autoridade). (Lei nº 4.898/1965 e suas alterações - Abuso de Autoridade)													
NOÇÕES DIREITO PROCESSUAL PENAL	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões					
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3			
1. Inquérito policial.													
1.1. Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, <i>notitia criminis</i> , <i>delatio criminis</i> , procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado, conclusão e prazos.													
2 Prova.													
2.1 Preservação de local de crime.													
2.2 Requisitos e ônus da prova.													
2.3 Nulidade da prova.													
2.4 Documentos de prova.													
2.5. Reconhecimento de Pessoas e coisas.													
2.6. Acareação.													
2.7. Índícios.													
2.8. Busca e Apreensão.													
3 Restrição de liberdade.													
3.1 Prisão em flagrante.													
LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões					
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3			
1 Lei nº 5.553/1968 (dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).													
2 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).													
3 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).													
4 Lei nº 9.296/1996 (Interceptação telefônica).													
5 Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).													
6 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).													
7 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de execução penal).													
8 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).													
9 Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).													
10 Lei nº 8.137/1990 e alterações (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo).													

11 Título II da Lei nº 8.078/1990 e alterações (Crimes contra as Relações de Consumo).										
12 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional).										
13. Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.										

1ª ETAPA: PROVAS OBJETIVAS

Etapa	Provas	Conhecimentos	Quantidade de Questões	Pontos por Questão	Pontuação Máxima	Mínimo Exigido
1ª	Objetivas	Gerais	40	0,7	28	70 pontos (70%)
		Específicos	60	1,2	72	

2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA

Cargo	Tipo de Avaliação	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima	Mínimo Exigido
Delegado de Polícia Civil	2 (duas) questões de estudo de caso	25	50	70 pontos (70%)
	01 (uma) peça cautelar de representações ou peça de inquérito policial	50	50	
Escrivão de Polícia Civil	4 (quatro) questões dissertativas	25	100	
Investigador de Polícia Civil	4 (quatro) questões dissertativas	25	100	

Já adquiriu a sua Legislação Facilitada?

Sabia que até 70% das questões de concursos podem ser extraídas apenas da literalidade de leis e códigos?

Estude todas as legislações do seu concurso de forma eficiente e organizada através dos nossos materiais:

- **Marcações, Súmulas e Comentários pontuais** nas principais leis.
- **Planejamento de leitura em poucos dias.**

Acesse o site e saiba mais:
www.legislacaofacilitada.com.br
 contato@legislacaofacilitada.com.br
 Instagram: [@legislacaofacilitada](https://www.instagram.com/legislacaofacilitada)
 Whatsapp: (85)997619281

MATERIAL DEMONSTRATIVO no site
<https://legislacaofacilitada.com.br>

FEEDBACKS, DEPOIMENTOS e RECOMENDAÇÕES:
<https://legislacaofacilitada.com.br/feedbacks/>

Legislação FACILITADA

Legislação FACILITADA

Dia 1

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 1º Fica estabelecida a ordem constitucional para o exercício das funções públicas, não podendo a incidência de novas diretrizes ser prevista pelo convênio ou acordo.

CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS:
Imprescritibilidade: Não desaparecem com o tempo
Irrenunciabilidade: Não pode ser renunciada
Inviolabilidade: Autoridades e disposições infraconstitucionais devem observá-la
Universalidade: Abrange a todos
Exatidão: Poder público deve garantir sua aplicação
Independência: Não devem ligar-se entre os Direitos Fundamentais
Complementaridade: Devem ser interpretados de forma conjunta
Relatividade: Direitos fundamentais não são absolutos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

STF: O estrangeiro em território brasileiro está respaldado pelos direitos individuais, podendo inclusive, utilizar-se de remédios constitucionais. Contudo, ele não poderá basear-se em todos os direitos, a exemplo de ação popular que é privativa de brasileiros.

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

Princípio da isonomia: Diferença que seja dada qual instrumento ao qual esteja em situação equivalente, e tratamento desigual ou desigual, na medida de suas desigualdades.

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa sob pena de sanção de lei;

Princípio da Inatenuação: Para o mandado de segurança a lei não cria obrigações, assim, a inatenuação de lei proibitiva implica em permissão. Para a **Prova Pública**, por sua vez, não é permitida a lei proibitiva de lei.

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

STF: A defesa de legislação de drogas em espaço público constitui legítima exercício do direito à livre manifestação do pensamento.

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

STJ Súmula 37: São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundas do mesmo fato.

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas litúrgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Artigo de Constituição: Norma constitucional de ética cívica.

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente da censura ou licença;

STF: Qualquer censura de natureza política, artística e ideológica não se constitui em forma de censura para fins de aplicação de sanções.

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

STJ Súmula 227: Pessoa física pode sofrer dano moral.

XI - a casa é inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

STF: Casa é um espaço físico, independente de construção, abrigado e qualquer que seja o imóvel não aberto ao público. Contudo, não é um direito absoluto.

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

STF: É lícita a gravação de conversa telefônica realizada por um dos interlocutores, ou com sua autorização, sem ciência do outro, quando há interesse concreto dessa última.

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

Norma de ética cívica: O STF decidiu pela inconstitucionalidade da exigência de diploma de jornalista para o exercício do profissão de jornalista e pela constitucionalidade do exame de Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por considerar que o exercício de advocacia não é atividade cívica.

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente sem armas em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não fustigem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido **cadastro à autoridade competente;**

Não confundir a exigência de prévio aviso com autorização. Não se exige autorização da autoridade competente, mas somente que ela seja comunicada com antecedência. Contudo, devem ser observados os demais requisitos que seja pacífica, sem armas e não fustigem outra reunião. Esse dispositivo possui grande incidência nas provas.

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitas, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independentes de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

Atividade Suspensa = Inerte = Ocioso
Compulsoriamente Dissolvidas = Dissolvidas por ordem judicial

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

www.LegislaçaoFacilitada.com.br/

